BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ | FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ | SINDICATO RURAL

Ano XXXIV nº 1488 | 26/08/2019 a 1º/09/2019

Tiragem desta edição **26.000 exemplares**

SANIDADE

BARREIRAS CONSOLIDADAS

Iniciativa privada teve participação decisiva no processo de construção do sistema de defesa agropecuária do Paraná

Aos leitores

Os inúmeros esforços realizados nas últimas décadas estão prestes a alcançar seu êxito. Em breve, o trabalho de diversas entidades privadas e públicas do agronegócio estadual e, claro, dos produtores rurais irá resultar no reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação. Mais do que uma certificação, esse *status* terá resultados práticos para os elos da cadeia produtiva, a começar pelo retorno financeiro com a abertura de mercados que pagam mais por proteínas de qualidade.

São apenas mais duas barreiras: a construção de último posto de fiscalização, cuja obra está em andamento, e a contratação de 80 profissionais, por meio de concurso público já autorizado pelo governo estadual. É uma questão de tempo para a entidade máxima internacional chancelar o Paraná, como destacado na matéria deste Boletim.

Cada entidade teve papel fundamental na construção da defesa sanitária do Paraná, hoje a melhor do país. Vale um destaque para o Sistema FAEP/SENAR-PR, que atuou nas mais diversas esferas: defendendo a mudança de patamar por meio de ações práticas e capacitando produtores e profissionais ligados à produção animal. Para tudo isso, o Sistema FAEP/SENAR-PR destinou R$ 40 milhões no desenvolvimento sanitário do Paraná nas últimas décadas. Dinheiro bem investido, que irá trazer enormes benefícios para os produtores e para sociedade paranaense.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Presidente: Ágide Meneguette | Vice-Presidentes: Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior, Valdemar da Silva Melato e Nelson Natalino Paludo | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santaroza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR
Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santaroza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto

• BOLETIM INFORMATIVO
Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felippe Aníbal
Projeto Gráfico e Diagramação: Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach
Contato: *imprensa@faep.com.br*

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1488:
Fernando Santos, Lucas Felipe, William Goldbach, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE

DEFESA SANITÁRIA
Com participação do setor privado, Paraná atende últimas exigências para o reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação **PÁG. 4**

AGRINHO
Mais de 6 mil trabalhos foram inscritos no programa do SENAR-PR. Banca avaliadora começa em setembro
Pág. 3

ANÁLISE
Novos equipamentos de laboratório voltado para avicultura permitem identificar os vírus Influenza e Newcastle
Pág. 12

AGROQUÍMICOS
Produtos percorrem um longo caminho de análises e testes até serem colocados no mercado
Pág. 16

SUCESSÃO RURAL
Tema fez parte da programação de evento internacional, onde o SENAR-PR apresentou o Herdeiros do Campo
Pág. 20

INTERCÂMBIO
SENAR-PR promove a troca de informações entre produtores de morango de Mandirituba e Pinhalão
Pág. 22

SENAR-PR dá início à triagem de trabalhos do Agrinho 2019

Foram inscritos mais de 6 mil projetos. O resultado final será divulgado no dia 21 de outubro, em um grande evento em Curitiba

O SENAR-PR, responsável pelo Programa Agrinho, recebeu mais de 6 mil projetos para a edição deste ano, sendo 5,5 mil da rede pública e 443 da rede particular. Na categoria Agrinho Solos, participam 110 trabalhos.

O material, que passou por uma triagem prévia pelos Correios para divisão em categorias, está na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba. Os desenhos, redações e outros materiais serão avaliados por seis profissionais da instituição para verificação das normas do concurso e divisão por região do Estado. Os principais critérios conferidos são a data de postagem, assinatura e carimbo da direção da escola e se não foi enviado mais de um trabalho pela mesma turma. O prazo máximo para envio terminou no dia 7 de agosto.

"Finalizada a triagem, nós damos baixa no sistema, em que o professor pode verificar se o trabalho foi aceito ou desclassificado. Caso ocorra a desclassificação, relatamos o motivo", explica a pedagoga do SENAR-PR Josimeri Grein, uma das responsáveis pelo Agrinho.

Em seguida ocorrem as bancas de avaliação, marcadas para os meses de setembro e outubro. Participam do processo representantes de setores relacionados à educação e a órgãos públicos e privados relacionados à agricultura. Entre as instituições participantes das bancas avaliadoras do Agrinho 2019, estão a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), Secretaria de Estado da Educação (Seed), Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab), Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (Sejuf), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho, Sanepar, e outros.

As bancas de avaliação também acontecem em Curitiba, na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR. A equipe de avaliadores elege os melhores trabalhos nas categorias Redação, Desenho, Relato Escola Agrinho, Relatório Município Agrinho e Relato Núcleo Regional de Educação. O resultado será divulgado na primeira quinzena de outubro.

No caso da categoria Experiência Pedagógica, a lista dos classificados na primeira fase será divulgada no 18 de setembro. Em seguida, na segunda fase, os classificados irão fazer a defesa, de forma presencial, nos dias 3 e 4 de outubro, em Curitiba. O resultado dos ganhadores ocorre no dia 21 de outubro, em uma grande festa, na capital paranaense.

A consulta da situação dos trabalhos inscritos e, posteriormente, dos ganhadores e classificados em todas as categorias pode ser feita pelo site do Programa Agrinho (***www.agrinho.com.br***).

Representantes de entidades dos setores privado e público conheceram o projeto de construção do último posto de fiscalização no Paraná

Fronteira sanitária segura

Duas últimas exigências do Mapa estão em vias de serem cumpridas, deixando o Paraná ainda mais perto do *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação

Por Felippe Aníbal

O Paraná está perto de consolidar sua estrutura sanitária, abrindo caminho para que seja reconhecido internacionalmente como área livre de febre aftosa sem vacinação. Os dois últimos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) estão em vias de serem cumpridos: a construção do último Posto de Fiscalização de Transporte Agropecuário (PFTA) e a contratação de mais médicos veterinários e técnicos agrícolas, para reforçar esta rede de controle. Com a

coesão integral da fronteira, o Estado terá condições sanitárias de antecipar para 2021 a conquista do novo *status*, o que abriria novos mercados internacionais para a pecuária paranaense.

O último PFTA fica na rodovia BR-116, em Campina Grande do Sul, Região Metropolitana de Curitiba. Orçada em R$ 1,3 milhão, a obra começou em 5 de agosto, com término previsto para o fim de novembro. A unidade irá se somar a outros 32 postos estaduais e a cinco federais que já estão em operação e que compõem a rede que fiscaliza todos os caminhões que transportam animais e produtos pecuários que queiram entrar no Paraná e/ou cruzar o Estado.

"O sistema sanitário do Paraná já é reconhecido pelo próprio Ministério da Agricultura como o melhor do país. Faltavam esses dois pontos, que estão sendo resolvidos. Com isso, damos mais um passo importante em direção à conquista do reconhecimento internacional como área livre de febre aftosa sem vacinação. Será a confirmação da excelência que temos em sanidade e defesa animal", ressalta o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

Paralelamente à obra, o governo do Paraná dará andamento ao processo de contratação de mais 30 médicos veterinários e 50 técnicos agrícolas, que vão reforçar a rede de controle sanitário do Paraná. Segundo o secretário estadual de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, o governador Carlos Massa Junior já autorizou a abertura de um concurso público, que deve ocorrer em curto prazo. O secretário acrescentou que até os recursos financeiros para as contratações já estão previstos.

"Politicamente, [a contratação] já foi decidida, com a autorização do governador e com previsões orçamentária e financeira", afirma Ortigara. "São as últimas providências para que, em setembro próximo, o Mapa venha, finalmente, reconhecer o esforço paranaense e declarar o Paraná livre dessa enfermidade para sempre", completa.

Barreira sanitária

Veja onde fica cada um dos 33 Postos de Fiscalização de Trânsito Agropecuário (PFTAs) estaduais e os cinco postos federais

Fonte: Adapar e Mapa
Infográfico: Sistema FAEP/SENAR-PR

Segurança

O fortalecimento da fronteira sanitária do Paraná tem um motivo prático. Em novembro, o Mapa deve oficializar a autorização para que a vacinação contra a febre aftosa seja suspensa em todo o Estado. Com isso, automaticamente, fica proibida a entrada de animais vacinados no território paranaense – exceto os que serão encaminhados para abate imediato. Ou seja, os 38 PFTAs precisam funcionar como uma barreira, mesmo.

Nesses postos, todos os caminhões que transportem animais ou subprodutos de origem animal devem ser abordados e vistoriados, com a verificação do registro das cargas. Nos postos estaduais, esse controle é feito pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). Mas a entidade não está sozinha. As polícias rodoviárias Federal (PRF) e Estadual (PRE) estão autorizadas a parar veículos que transportem cargas animais em todas as estradas do Paraná, cobrando que os motoristas comprovem que passaram por um dos postos de fiscalização.

"O Paraná está extremamente preparado, com as barreiras 100% fechadas. Não temos nem teremos problemas para garantir que animais vacinados não entrem em nosso Estado", diz diretor-presidente da Adapar, Otamir Cesar Martins. "Vamos ter também 17 postos que irão funcionar como um corredor, para caminhões que levam animais vacinados para outros Estados, do Rio Grande do Sul para São Paulo, por exemplo", acrescentou.

Iniciativa privada

Além da atuação de órgãos públicos e do governo estadual, o processo de conquista do reconhecimento do Paraná como área livre de aftosa sem vacinação conta com a participação decisiva da iniciativa privada. Ao longo das últimas décadas, produtores rurais – por meio de cooperativas, sindicatos e entidades do setor – investiram dinheiro do bolso na infraestrutura da rede de sanidade do Estado. E não foi pouco dinheiro.

De 1997 para cá, o Sistema FAEP/SENAR-PR aportou mais de R$ 40 milhões no desenvolvimento sanitário do Paraná – em ações de treinamento, divulgação de programas e boas práticas, capacitação de técnicos e produtores, viagens técnicas e acompanhamento de organismos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa (Cosalfa).

A iniciativa privada também investiu em infraestrutura, destinando recursos a estruturas públicas. No caso mais recente, por exemplo, estava prevista a aplicação de R$ 4,2 milhões para atender aos requisitos apontados pelo Mapa. Três dos postos de fiscalização – incluindo o de Campina Grande do Sul – foram construídos e/ou reformados com recursos provenientes de cooperativas rurais. Outros dois PFTAs tiveram as obras custeadas pela concessionária de rodovias Viapar. Além disso, o setor privado comprou equipamentos para salas de monitoramento e para 56 postos da PRE, bancou câmeras de monitoramento e sistema de rastreamento veicular.

"Sozinho, o governo não conseguiria fazer todos os investimentos. O setor privado fez esse aporte por entender o retorno positivo que isso trará a toda a economia do Estado. É uma ação forte e assertiva que irá beneficiar não só o agronegócio, mas todos os setores. Só com esse trabalho conjunto é que vamos conseguir a antecipação da conquista do *status*", aponta o superintendente da Ocepar, Robson Mafioletti.

Esses recursos investidos pelo setor privado nos novos postos de fiscalização e compras de equipamentos foram destinados a partir do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundepec). Criado em 1995, o fundo é uma sociedade civil sem fins lucrativos, formado por entidades representativas, como FAEP, Ocepar e sindicatos de produtores de diversas cadeias. A partir de convênios, o Fundepec vem garantindo apoio institucional e financeiro para uma série de ações, principalmente relacionados à defesa sanitária. Por tudo isso, o fundo foi peça-chave na consolidação do agronegócio do Paraná. Além disso, o Fundepec dispõe, hoje, de R$ 78 milhões em caixa, para eventuais emergências sanitárias.

"O reconhecimento internacional do Paraná como área livre de aftosa sem vacinação é resultado de uma estruturação sanitária que vem sendo consolidada há décadas. A iniciativa privada sempre teve participação neste processo e o Fundepec é uma peça fundamental, que permite o apoio a ações efetivas que trazem o Estado ao patamar em que, hoje, nos encontramos. Esse salto só foi possível a partir da criação do fundo", definiu o diretor-executivo do Fundepec, Ronei Volpi.

Os doadores

Veja as cooperativas e indústrias que aportaram recursos para a construção dos três PFTAs:

- C. Vale Cooperativa Agroindustrial
- Castrolanda - Cooperativa Agroindustrial
- Coasul Cooperativa Agroindustrial
- Coopavel Cooperativa Agroindustrial
- Copacol Cooperativa Agroindustrial Consolata
- Frimesa Cooperativa Central
- Cooperativa Agroindustrial Lar
- Cooperativa Central Aurora Alimentos
- Coamo Agroindustrial Cooperativa
- Cocamar Cooperativa Agroindustrial
- Cooperativa Agroindustrial Copagril
- Integrada Cooperativa Agroindustrial
- Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus
- Agroindustrial Irmãos Dalla Costa
- Frigorífico Thoms

"O reconhecimento internacional irá representar a coroação de um trabalho sério, desenvolvido há décadas, a partir da conjunção de esforços dos produtores e setores privado e público"

Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR

Posto de fiscalização em Campina Grande do Sul ficará pronto até o final de novembro

O sistema sanitário ao longo das décadas

Década de 1970

Paraná começa o programa de profilaxia e controle da febre aftosa, com a instituição do Grupo Executivo de Combate à Febre Aftosa (Gecofa). Cadeia produtiva enfrenta falta de infraestrutura básica, como estradas de chão e falta de geladeiras para armazenar vacinas.

Década de 1980

Qualidade da vacina melhora, com base em pesquisa. Paralelamente, Estado aperfeiçoa estruturas estaduais de defesa sanitária e avança na caracterização epidemiológica da febre aftosa. O poder público foi determinante neste processo.

Década de 1990

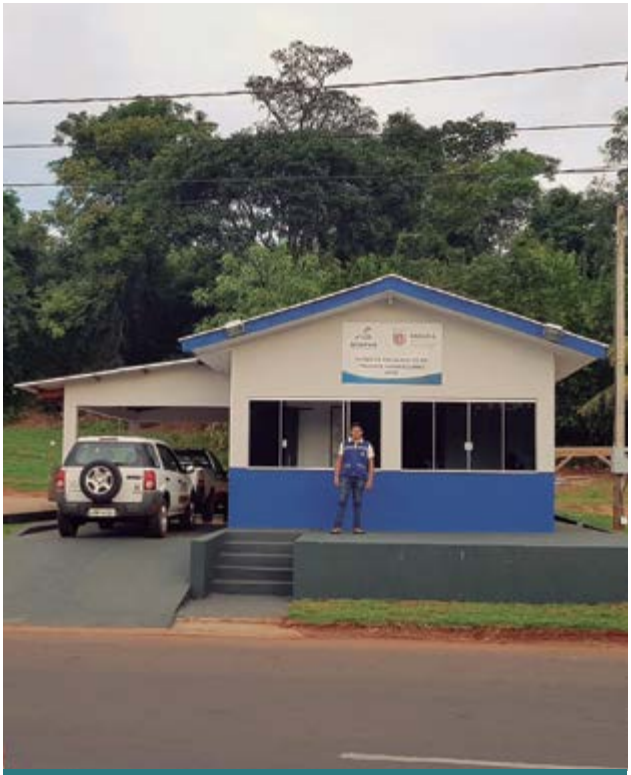
Vacinação contra a febre aftosa passa a ser mais efetiva. Com apoio da FAEP, Estado passa a contar com estruturas que ajudam a fortalecer o sistema de defesa, como o Fundepec, que cria um fundo para indenizar produtores e financiar políticas de sanidade. Também são criados o Conselho Estadual de Defesa Sanitária (Conesa) e os Conselhos Sanitários Agropecuários (CSAs).

Década de 2000

Paraná é reconhecido pela OIE como área livre de aftosa com vacinação. Em 2005, registram-se casos da doença no Mato Grosso do Sul, com vínculo epidemiológico no Paraná. Bovinos doentes foram sacrificados e pecuaristas paranaenses, indenizados. Em 2008, Paraná recupera *status* de livre de aftosa com vacinação.

Década de 2010

Paraná intensifica ações para reivindicar reconhecimento como área livre de aftosa sem vacinação. Em 2018, auditoria do Mapa reconhece sistema sanitário paranaense como o mais robusto do país, mas estabelece últimos ajustes para que o Estado possa conquistar o reconhecimento internacional.



Construção dos postos contou com investimento privado

Mobilização em série

Paralelamente, a cadeia produtiva e o poder público também mantêm uma preparação do ponto de vista técnico, com uma série de ações com vistas a se preparar para a conquista do novo *status*. Entre 12 e 16 de agosto, por exemplo, o Estado recebeu um exercício conjunto de simulação de contenção de um foco de febre aftosa. Promovido pela Adapar e pelo Mapa, o evento funcionou como um treinamento prático, de como proceder em caso de eventual confirmação da doença em território paranaense.

Além disso, neste ano o governo do Paraná, com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR, promoveu o Fórum Regional Paraná Livre de Aftosa, que passou por seis cidades, reunindo pecuaristas, técnicos e agentes públicos e elucidando dúvidas quanto ao reconhecimento internacional. Mais de 4,5 mil pessoas participaram dos debates em todo o Estado.

Ainda, em 28 de agosto, ocorrerá mais uma etapa deste compartilhamento de informações, com uma audiência pública, que será realizada na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), em Curitiba. A expectativa é que mais de 1,2 mil produtores, de diversas regiões do Estado, lotem as galerias da sede do Legislativo paranaense.

R$ 40 milhões

É o valor que o Sistema FAEP/SENAR-PR investiu no desenvolvimento sanitário do Paraná nas últimas décadas

FAEP teve papel fundamental no processo

O caminho para que o Paraná se tornasse o Estado com o sistema sanitário mais robusto do país foi longo. A estruturação do sistema de defesa remonta à década de 1970, quando foi criado o Grupo Executivo de Combate à Febre Aftosa (Gecofa). A partir daí, começou a luta de forma sistemática de profilaxia e controle de doença. Nos anos 1980, houve um novo avanço, com a melhoria da qualidade da vacina e na caracterização epidemiológica da doença. A vacinação só passaria a ser obrigatória em 1990.

Paralelamente à fundação e ao posterior fortalecimento contínuo do Fundepec, a FAEP atuou, ainda na década de 1990, para a criação de outras estruturas que foram decisivas à consolidação do sistema de defesa do Paraná. Nesta esteira, como exemplo, estão a instituição do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa) e o fomento para a criação de Conselhos Sanitários Agropecuários (CSAs). Essas unidades regionais integram agentes da cadeia produtiva a entes públicos, para o desenvolvimento de políticas públicas sanitárias, de acordo com as demandas específicas da microrregião.

Com essa sólida estruturação, FAEP, Ocepar e a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (Fetaep) passaram a ser avalistas do sistema sanitário paranaense. Então, os produtores começaram a recolher uma contribuição (R$ 1 por cabeça) para o Fundepec. Esse dinheiro seria usado para ressarcir criadores que tivessem que sacrificar animais em decorrência de eventuais casos de aftosa. Por um lado, essa medida incisiva prevenia prejuízos aos pecuaristas. Por outro, abria caminho para erradicar a subnotificação.

"Tudo isso nos deu a robustez necessária para chegarmos ao estágio em que nos encontramos e para sermos reconhecidos internacionalmente como área livre de aftosa sem vacinação. Nosso sistema sanitário é modelo", resume o diretor-executivo do Fundepec, Ronei Volpi.

Animais produzidos no Paraná irão ganhar novos mercados internacionais

Próximos passos

Com a oficialização da suspensão da vacinação contra a aftosa, o Paraná passa a aguardar as etapas seguintes do calendário. Em maio de 2020, terá se completado um ano da última aplicação de vacina no Estado. Com isso, o Mapa fará um inquérito sorológico para constatar que não há circulação viral em território paranaense.

Com essa confirmação laboratorial, a expectativa é de que em setembro de 2020 o Mapa possa solicitar à OIE o reconhecimento internacional do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação. Se os parâmetros técnicos permanecerem de acordo com as exigências, a conquista do novo *status* será, enfim, oficializada em assembleia-geral da OIE, em maio de 2021.

"O reconhecimento internacional irá representar a coroação de um trabalho sério, desenvolvido há décadas, a partir da conjunção de esforços dos produtores e setores privado e público. Será uma conquista histórica para o nosso Estado", definiu Meneguette.

R$ 78 milhões

É o valor de que o Fundepec dispõe para financiar ações em caso de eventuais emergências sanitárias

Contagem regressiva

Falta pouco para o Paraná atingir o reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação. Veja quais foram as etapas já cumpridas e quais ainda faltam neste processo:

2018

Auditorias Mapa: Serviço Veterinário e implementação do PNEFA

2019

Abril: Mapa confirma antecipação da retirada da vacina no Paraná

2019

Maio: Última campanha de vacinação contra febre aftosa. Comunicado à OIE informando que a partir desta data, o Paraná não vacinará mais seu rebanho

2019

Setembro: Mapa publica Instrução Normativa que suspende a vacinação e proíbe ingresso de animais vacinados no Paraná

2020

Agosto: Mapa confirma a não circulação viral no Estado

2020

Setembro: Mapa formaliza o pedido junto à OIE

2021

Maio: Assembleia Geral da OIE, em Paris, reconhece o novo *status* sanitário do Paraná

Exemplo que vem do Chile

Entre os dias 12 e 16 de agosto, o consultor do Centro Pan Americano de Febre Aftosa (Panaftosa), Alejandro Rivera, esteve no Paraná para acompanhar a operação simulada de contenção de um foco de febre aftosa. A simulação envolveu 160 pessoas dos serviços veterinários oficiais de diversos Estados brasileiros e de países como Bolívia, Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile. Na ocasião, Rivera contou como seu país, o Chile, obteve o *status* de área livre da doença sem vacinação, o mesmo que o Paraná busca atualmente, seus desdobramentos e benefícios.

BI - Como o Chile estruturou o seu serviço de defesa sanitária para obter o *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação?

ARS - O Chile conquistou em 1981. É uma situação muito diferente da qual estamos agora. Foi feito com um programa técnico muito consistente, que inclusive sobreviveu a diferentes governos de diferentes espectros políticos, mas continuou sem problema. Aí, quando a evidência foi de ausência de doença, retiramos a vacina e conseguimos a condição de área livre sem vacinação, que naquele tempo era a única condição que era reconhecida. Depois disso mudamos as orientações para os serviços veterinários para prevenção, reforçamos o trabalho nas fronteiras e melhoramos a vigilância. Ainda houve dois surtos de febre aftosa depois daquela declaração, mas o país foi capaz de eliminá-los e recuperar o *status* [sanitário].

Hoje quais os principais produtos agropecuários exportados pelo Chile? Foi possível agregar valor por conta do novo *status*?

Sem dúvida. O novo *status* foi primeiramente aproveitado pelos produtores de suínos, que viram a vantagem de ficar livres e hoje é a indústria pecuária mais forte do país. Para um país pequeno como o Chile, o setor exporta quase 800 milhões de dólares por ano, consegue chegar aos melhores mercados, como Coreia e Japão. Ainda que o Chile não seja um país pecuarista, também tem exportações de leite, carne e outros produtos. Ele abriu mercados e está aproveitando o melhor deles.

Como se deu a participação do setor privado nas políticas sanitárias adotadas pelo Chile?

O setor privado é muito importante, principalmente no processo de controle e no processo de erradicação. Na fase de controle, ele ajuda por meio da vacinação. Depois, na erradicação, que é mais complexa, porque o pecuarista tem que mudar sua atitude, tirar a vacina e, em caso de detecção da doença, comunicar. Depois disso o pecuarista tem a possibilidade de ascender aos melhores mercados. É um processo virtuoso. Estou certo que na América do Sul, particularmente o Brasil, tem oportunidades enormes para o desenvolvimento da pecuária. E se o setor privado fala a mesma língua do serviço veterinário, as coisas têm tudo para acontecer.

Como o senhor avalia o fato de o Paraná sair na frente dos demais Estados do bloco buscando o *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação?

Acho que foi uma boa decisão. A primeira situação que precisa considerar é se tem risco ou não. E, no Paraná, sem dúvida essa situação já foi resolvida. Não há mais risco, inclusive nas fronteiras, pois o serviço veterinário é muito bem desenvolvido. Neste simulado verificamos que a capacidade de responder a uma emergência que venha a acontecer também é muito boa. Está muito bem preparado. A decisão, sem dúvida, foi correta.

Alejandro Rivera aprova a decisão do Paraná de suspender a vacinação contra febre aftosa

Maria Constanza demonstra os novos equipamentos a Ágide Meneguette e Domingos Martins

Setor privado investe em equipamentos para laboratório público

Máquinas permitem a identificação imediata de vírus como Influenza e Newcastle

A articulação da iniciativa privada para fortalecer a defesa sanitária paranaense não se restringe aos esforços na pecuária bovina, para o reconhecimento do Estado como área livre de febre aftosa sem vacinação. Em outras cadeias produtivas, entidades e produtores também têm unido forças para otimizar os sistemas agropecuários do Paraná. Recentemente, o Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (Sindiavipar) comprou dois equipamentos para o Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti, que é público e administrado pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).

Avaliadas em R$ 300 mil, as novas máquinas – a Applied Biosystems® 7500 Fast Real-Time PCR Systems e a NanoDrop One Espectrofotômetro – serão utilizadas para detecção imediata dos vírus Influenza e Newcastle. A partir do RNA extraído das aves, os equipamentos permitem a análise simultânea de até 90 amostras. O diagnóstico é revelado com máxima precisão dentro de pouco mais de uma hora. Trata-se do mesmo método adotado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda).

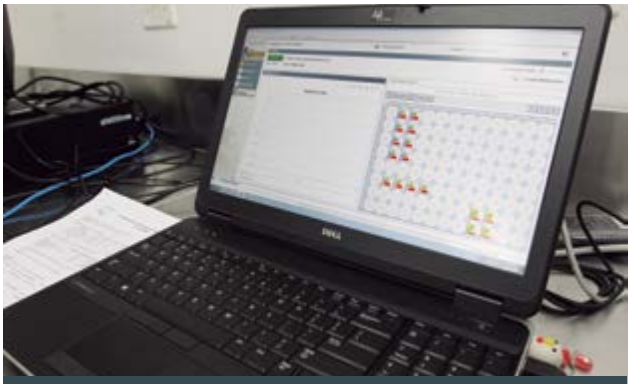
"Os novos equipamentos fazem a análise do RNA, verificando se existe ou não o vírus naquelas amostras. É um processo muito rápido, mais específico e sensível", explica a médica veterinária e fiscal da Adapar, Maria Constanza Rodriguez. "Este método de análise é capaz de fazer a identificação mesmo que haja um único vírus na amostra. Em outras técnicas de sorologia, era preciso que houvesse uma quantidade maior de vírus. E na outra modalidade, era possível processar de 12 a 20 análises por vez: um número bem menor", exemplifica.

“Os produtores rurais e o poder público têm que caminhar lado a lado, somando esforços”

Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR

90

amostras podem ser analisadas de forma simultânea com os novos equipamentos



Equipamentos realiza análise simultânea de até 90 amostras

“O retorno deste investimento é a credibilidade internacional”

Domingos Martins, presidente do Sindiavipar

Neste mês de agosto, uma comitiva de representantes do Sistema FAEP/SENAR-PR visitou o Centro de Diagnóstico para conhecer os novos equipamentos. Para o presidente da entidade, Ágide Meneguette, as máquinas vão contribuir para tornar a defesa sanitária estadual ainda mais robusta.

“Sozinho, não se consegue fazer nada. Os produtores rurais e o poder público têm que caminhar lado a lado, somando esforços. É uma convergência em que todos ganham. O maior beneficiado é o Paraná”, diz.

O Sindiavipar optou por bancar a compra dos equipamentos porque a biossegurança é uma das principais bandeiras da cadeia, segundo o presidente da entidade, Domingos Martins. O setor acredita que o resultado virá de forma natural: o reconhecimento internacional de que o Paraná tem um sistema sanitário seguro.

“Da porteira para dentro, todos os controles são muito bem feitos. Agora, precisamos comprovar isso para o mundo inteiro, por meio deste controle que é feito pelas autoridades oficiais”, afirma Martins. “O retorno deste investimento é a credibilidade internacional. Para as exportações, isso é fantástico. A avicultura do Paraná está em primeiro lugar no mundo porque tem qualidade, quantidade, preço e sanidade de ponta”, destaca.

Para começarem a operar, os aparelhos precisam ser certificadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) para, em seguida, ser credenciados pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A Adapar já encaminhou um ofício ao Mapa, com vistas a acelerar o processo.

HISTÓRIA

50 anos cercados de mitos

Apesar da chegada do homem à Lua, muitas pessoas ainda questionam o fato que mudou a história da humanidade

Há exatos 50 anos, a corrida espacial motivou as grandes potências mundiais da época, Estados Unidos e a ex-União Soviética, a levarem o primeiro homem à superfície da Lua. Durante muito tempo, os russos estiveram à frente na conquista do espaço, tanto que chegaram a levar o primeiro homem até lá. Em 12 de abril de 1969, a ex-União Soviética conseguiu colocar o astronauta soviético Iuri Gagarin em órbita da Terra, a bordo da espaçonave Vostok 1.

Os norte-americanos não ficaram para trás. No dia 20 de julho de 1969, os Estados Unidos conseguiram realizar a primeira alunissagem (pouso na Lua) da história da humanidade.

O lançamento foi realizado no Cabo Kennedy, na Flórida. Estima-se que nas proximidades da praia havia cerca de 1 milhão de pessoas. A subida do foguete Saturno V, responsável por levar o módulo Columbia para fora da Terra, levou cerca de 12 minutos para entrar em órbita. O evento foi televisionado e assistido por mais de 650 milhões de espectadores por todo o mundo.

A aterrisagem na superfície lunar foi transmitida para as televisões de todo o planeta. As imagens mostravam o astronauta Neil Armstrong dando os seus primeiros passos em solo lunar: “um pequeno passo para o homem, mas um salto para a humanidade”.

Mesmo hoje em dia, há quem duvide que o homem de fato chegou a pousar na superfície da Lua. A internet está repleta de vídeos, fotos e teorias da conspiração que, entre outras coisas, dizem que a missão Apollo 11 tratou-se, na verdade, de uma grande farsa.

Entretanto, apesar de 12 astronautas já terem chegado à Lua, uma série de mitos cerca a chegada do homem ao satélite natural da Terra. Um está relacionado ao fato de a bandeira dos Estados Unidos se mover, apesar de não haver vento na Lua, pois a sua gravidade é muito baixa. No entanto, poucos entendem que a bandeira moveu-se daquela maneira em razão de sua própria inércia

e não por conta de ventos ou qualquer coisa do tipo. A inércia é uma propriedade da matéria que mede a sua tendência de permanecer em repouso ou em movimento retilíneo, com velocidade constante, quando sujeita a uma força resultante nula.

Outra questão envolve as estrelas. Muitas pessoas acreditam que o homem nunca esteve na Lua já que não é possível enxergar as estrelas quando olhamos para as fotos tiradas durante o pouso na superfície lunar. Entretanto, isso é perfeitamente explicável.

Os astronautas encontravam-se na superfície da Lua que era iluminada diretamente pela luz solar. Isso fazia com que as câmeras rudimentares da época diminuíssem sua abertura de fotografia e, com isso, não era possível fotografar os minúsculos pontos brilhantes que eram as estrelas.

Um mito bastante comum também é o de que os astronautas não conseguiriam sair ilesos do cinturão de Van Allen, por causa dos grandes níveis de radiação presentes por lá. O cinturão de Van Allen é uma região que se encontra acima da atmosfera terrestre, entre 640 e 58 mil quilômetros de altitude.

Nessa região, há um grande fluxo de partículas carregadas e extremamente energéticas como núcleos de átomo de Hélio que são emitidos pelo próprio Sol e raios cósmicos, responsáveis por produzir altos níveis de radiação. Entretanto, os norte-americanos já sabiam da existência do cinturão desde 1950, graças aos dados astronômicos coletados pelas sondas espaciais Explorer, Pioneer e Luna. A Apollo 11 atravessou o cinturão de Van Allen em menos de duas horas. O horário do lançamento também não foi escolhido ao acaso: a nave passou através do cinturão no momento em que a atividade da radiação encontrava-se em níveis mais baixos que o comum.

Ciência e segurança

Quando criado, um novo produto agroquímico deve ser analisado e testado para que chegue ao campo de forma segura para o homem e o meio ambiente

Desde a sua criação pela indústria até o seu uso na lavoura, um novo produto agroquímico passa por um longo caminho, no qual será submetido a diversos tipos de testes e avaliações, para verificar sua eficácia, e, principalmente, sua segurança em campo. Esse processo envolve diferentes instituições que atuam como filtros, para que estes produtos sejam analisados em todas as suas dimensões, de modo a garantir que cheguem até o produtor rural com toda informação consolidada sobre seu uso correto e seguro.

Trata-se de uma jornada longa e onerosa, da qual participam órgãos federais e estaduais e que não termina após o registro do produto junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), uma vez que os cuidados com a recomendação agronômica e a fiscalização do seu correto uso continuam nas propriedades rurais.

Os primeiros passos deste trabalho acontecem nas empresas. De acordo com o gerente de inovação e sustentabilidade da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), Fábio Kagi, os alvos para o desenvolvimento de novos produtos agroquímicos por parte da indústria são as pragas (insetos, fungos e plantas daninhas) com potencial de dano econômico às grandes culturas vegetais. A etapa inicial do processo de criação de um novo produto é a pesquisa. Nesta fase, é feita uma "triagem" entre as moléculas já existentes, descartando aquelas que não têm eficácia sobre aquele alvo e as que trazem risco ao meio ambiente e à saúde humana.

"De cerca de 160 mil moléculas analisadas, algo entre 200 e 300 moléculas são levadas para a próxima fase, o desenvolvimento dos produtos", afirma Kagi. "Essa fase inicial demora cerca de dois anos e custa mais de 100 milhões de dólares", completa.

Para este processo, há mais de 10 anos as indústrias utilizam modelos computacionais para "criar" novas moléculas em laboratório. "Esse processo da computação, inteligência artificial, é muito parecido com o computador Deep Blue [máquina da IBM que venceu o campeão mundial de xadrez, Garry Kasparov, em 1996]. Ele vai tentar achar todas as combinações matemáticas possíveis", explica o gerente de inovação e sustentabilidade da Andef.

A etapa seguinte envolve a pesquisa de novas moléculas. Os novos experimentos são levados a campo para estudos de segurança, para avaliar se esses produtos realmente funcionam, se têm riscos ambiental e toxicológico. Segundo Kagi, esse processo leva, em média, oito anos e custa 146 milhões de dólares.

Desta forma, 10 anos depois e com custo aproximado de 250 milhões de dólares, um novo produto é submetido ao processo de registro pela avaliação de três órgãos do governo federal: Mapa, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Avaliação

Cada um desses órgãos realiza um determinado tipo de avaliação do produto, de modo independente. Cabe ao Mapa a responsabilidade de avaliar a eficiência e o potencial de uso na agricultura, por meio de um dossiê agronômico. Ao Ibama, a realização de um dossiê ambiental no qual são avaliados os riscos para o meio ambiente. Já a Anvisa realiza o dossiê toxicológico que avalia toxidade e os efeitos nos seres humanos e em quais condições o seu uso é seguro.

De acordo com o coordenador de agrotóxicos e afins do Mapa, Carlos Venâncio, cada um dos órgãos federais envolvidos no processo de registro de novos agroquímicos tem seu próprio sistema de avaliação e, portanto, "filas" para análise de tamanhos diferentes. "Qualquer órgão pode estabelecer a restrição que entender adequada. Um caso que ocorreu recentemente foi um produto que se mostrou seguro para seres humanos, mas com impacto sobre polinizadores. Então, o Ibama teve um trabalho para redefinir a dose máxima", exemplifica.

Segundo Venâncio, atualmente existem 29 novos produtos na fila aguardando registro. "A avaliação mais complexa é a de saúde. Destes 29, o Ibama já aprovou metade, mas a Anvisa ainda está em processo de análise", aponta.

Análise regional

Encerrada a fase federal do processo de registro, os novos produtos são submetidos a um novo crivo técnico, desta vez por parte das autoridades estaduais. No Paraná, a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) é o órgão responsável por esta etapa.

De acordo com Renato Blood, coordenador de cadastro de agrotóxicos da Adapar, esse processo leva entre 20 e 30 dias, tempo necessário para uma nova conferência dos estudos e documentos apresentados na fase federal do registro. "Parece que é um retrabalho, mas não é. Encontramos vários erros. É muito comum corrigir informações de bula", afirma. "É mais um filtro para que o produtor tenha acesso as informações corretas para ter um produto com eficácia e segurança", complementa.

Outro filtro neste processo para compra e uso desses produtos é a recomendação técnica por profissionais habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea-PR), por meio do receituário agronômico, que traz as informações sobre o uso correto dos agroquímicos.

"A importância da recomendação técnica está diretamente ligada à eficácia do produto recomendado", pontua o engenheiro agrônomo Gilberto Guarido, da consultoria Agronômica. Segundo ele, antes de aplicar é preciso levar em conta fatores como o custo benefício, os limites de tolerância da planta ao agente, o manejo integrado, entre outros fatores.

"Desta análise criteriosa resulta a decisão sobre a real necessidade do uso e a escolha do melhor produto para a si-

tuação que está ocorrendo na lavoura a ser protegida. Neste momento é indispensável a recomendação técnica e a aplicação do conhecimento agronômico, independentemente de qualquer vínculo com vendas", explica Guarido.

Uma vez adquirido o produto, é preciso obedecer a uma série de recomendações na propriedade, como utilização do Equipamento de Proteção Individual (EPI), o armazenamento dos produtos em local adequado e a posterior destinação correta das embalagens vazias. O Sistema FAEP/SENAR-PR realiza divulgação e orientações sobre aquisição e uso de agroquímico e, por meio dos cursos do SENAR-PR, o produtor aprende na prática a correta aplicação destes produtos.

O uso dos agroquímicos também está passível de fiscalização dentro da propriedade. De acordo com o gerente de sanidade vegetal da Adapar, Marcílio Martins Araújo, anteriormente a estratégia da agência estadual era fiscalizar o comércio, e a partir da identificação de um problema, ir até a propriedade. "Agora invertemos. Vamos até a propriedade para ver se aquela cultura existe, se a praga e o receituário foram expedidos adequadamente", afirma.

Esse trabalho é reforçado pelo Sistema de Monitoramento, Comércio e Uso de Agrotóxicos no Estado do Paraná (Siagro), plataforma digital que deve ser alimentada semanalmente com as informações dos produtos agroquímicos recomendados pelos engenheiros agrônomos do Paraná.

Segundo Araújo, a partir do dia 9 de setembro deste ano, o receituário agronômico também terá que informar a localização geográfica da aplicação. "Antes era só o endereço, agora com o cruzamento das informações com o CAR [Cadastro Ambiental Rural], é possível ver exatamente a propriedade onde está sendo aplicado o produto", adianta.

Outra prática que assegurar o uso dos produtos agroquímicos é a análise de resíduos em amostras de alimentos recém colhidos, com enfoque nas frutas e hortaliças. "Acompanhamos a época de colheita de cada cultura para colher as amostras, para ter uma representação mais fidedigna da produção paranaense", explica Araújo.

O CAMINHO DO AGROQUÍMICO

Para chegar até o produtor um novo produto passa por diversas análises e estudos

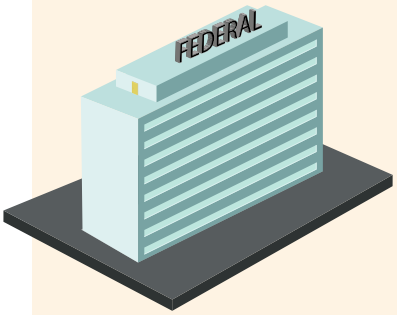
CAMINHO PERCORRIDO

TEMPO ESTIMADO

INDÚSTRIA

1. Pesquisa e Desenvolvimento - Custo (médio) de 250 milhões de dólares.

10 anos



REGISTRO FEDERAL

1. Ministério da Agricultura – análise da eficiência agronômica do produto;
2. Anvisa – avaliação e classificação toxicológica;
3. Ibama – avaliação e classificação de periculosidade ambiental.

8 anos

CADASTRO ESTADUAL

1. Adapar – Nova análise documental do processo de registro.

20 a 30 dias

RECEITUÁRIO AGRONÔMICO

1. Para comprar e usar o produto agroquímico é necessário receituário agronômico expedido por profissional habilitado pelo Crea-PR.

FISCALIZAÇÃO

1. Adapar, Ibama e IAP realizam fiscalizações do uso destes produtos nas propriedades.

Fonte: Mapa, Adapar e Andef
Infográfico: Sistema FAEP/SENAR-PR

Por meio do SENAR-PR, ex-boia-fria vira empreendedora

Após diversos cursos, Maria José Rodrigues passou a ser dona do próprio negócio voltado para produtos artesanais

Maria José Rodrigues viu a própria vida se transformar drasticamente nos últimos anos. Habitante do distrito de Santa Elisa, no município de Umuarama, região Noroeste do Paraná, ela trabalhava como boia-fria até meados de 2004, nas culturas de café e algodão. A rotina era árdua e a renda, apertada.

Apesar das dificuldades, a então boia-fria permanecia firme no trabalho. Em 2004, por curiosidade, aceitou o convite do sindicato rural e participou do seu primeiro curso do SENAR-PR, sobre fabricação de conservas. Maria José, que nunca havia pensado em entrar para o ramo da culinária, descobriu ali sua vocação.

O primeiro pote de doce feito durante o curso foi vendido a R$ 5 e, com esse pequeno lucro, Maria começou a investir no que se tornaria seu próprio negócio. “Com os R$ 5, comprei um saco de açúcar e comecei a fabricar as conservas. Antes não sabia fazer nada. Com o curso, comecei a gostar do trabalho e descobri minha área”, conta.

Além deste, Maria José fez diversos outros cursos do SENAR-PR – tantos foram que ela tem dificuldades em dizer a quantidade exata. “Com certeza foram mais de 10”, aponta. Além de capacitações na área de panificação e administração, ela participou de programas como o Mulher Atual e o Empreendedor Rural (PER).

Assim que os clientes começaram a aparecer, Maria José decidiu parar de trabalhar como boia-fria para se dedicar integralmente à culinária. Conforme fazia os cursos, aprimorava o cardápio. “Tive que parar para dar conta da demanda de pedidos. Foi uma mudança bem diferente, de trabalhar na roça a ser empreendedora. No começo dá medo, mas aí pensei ‘Eu vou tentar, quero ser dona do meu próprio negócio e vou investir nisso’. Os cursos do SENAR-PR ajudam muito, aí não tive mais medo”, afirma. Atualmente, Maria José vende pães, roscas, pizzas, lanches, pastéis e outros quitutes caseiros, além dos doces em conserva.

O negócio deu tão certo que a ex-boia-fria, hoje com 42 anos, já atende pessoas de outros municípios, além da clientela fixa de Santa Elisa e Umuarama. “Praticamente todos da cidade compram”, revela Maria José, que comprou carro e casa própria e também investiu em uma cozinha para a atividade. O próximo passo é montar uma mini-fábrica para otimizar a produção e vender nos supermercados.

Maria José trocou os canaviais pelo empreendedorismo

“Agora eu trabalho por conta e faço meus horários. Tenho uma qualidade de vida muito melhor. O SENAR-PR muda a vida das pessoas, tem que saber aproveitar as oportunidades”, destaca a empreendedora, cujo negócio batizou de ‘Produtos da Bia’, apelido pelo qual é conhecida na região. “Eu não tinha ideia de nada, aprendi tudo com o SENAR-PR. Os professores são excelentes mesmo. Fui aprendendo como trabalhar com meu negócio, fazer a administração, questão de custos e ganhos. Fico feliz de ter conhecido o SENAR-PR porque transformou a minha vida”, orgulha-se.

Ainda, Maria José passou a mobilizar os moradores de Santa Elisa para a realização de capacitações no distrito. “Eu vejo quem está interessado e monto a turma, falo com o pessoal do sindicato rural [de Umuarama] e eles se organizam para trazer o curso”, explica a empreendedora, que também disponibiliza sua casa para as capacitações. “Enquanto o SENAR-PR existir, eu vou ajudar assim como ele me ajudou”, finaliza.

Conhecimento e diálogo como pilares na sucessão rural

Durante o 15º Holstein de las Américas, SENAR-PR apresentou o programa Herdeiros do Campo entre outras experiências internacionais

Luciana Matsuguma, responsável pelo Herdeiros do Campo: “programa trata sobre a vida”

A sucessão rural familiar na atividade agropecuária é uma preocupação que está no radar dos produtores brasileiros e de diversos outros países do mundo. Mas uma série de ações para despertar o interesse dos jovens a dar continuidade aos empreendimentos rurais tem trazido resultados expressivos. Uma das principais referências nesse sentido é o programa Herdeiros do Campo, desenvolvido pelo SENAR-PR. Nos últimos três anos, a capacitação já auxiliou centenas de produtores paranaenses a estabelecerem o diálogo sobre o tema, além de envolver os demais membros da família na rotina dos negócios e nas tomadas de decisões.

Uma das maiores dificuldades encontradas por proprietários rurais e seus sucessores é estabelecer o primeiro diálogo. Isso ocorre principalmente pela visão, muitas vezes, cheia de tabus, de que sucessão envolve apenas processos de desembaraço de heranças. “A sucessão pode ser por exclusão [morte] ou com planejamento. Esta última feita em vida. Então esse nosso programa trata sobre a vida e debatemos sobre isso”, explicou Luciana Matsuguma, técnica do SENAR-PR responsável pelo programa Herdeiros do Campo, durante apresentação a representantes de 10 países em um evento internacional.

Luciana enfatizou que a formação traz um panorama completo sobre a temática sucessória, envolvendo desde aspectos de mudanças culturais até conhecimentos técnicos e jurídicos relacionados. “São diversos assuntos tratados em 50 horas de formação, que envolvem regras básicas de convivência, sucessão e governança nas empresas rurais. Há também temas como desenvolvimento de uma visão estratégica da empresa rural e seus cenários, mediação de conflitos e construção da confiança, aprendizado e prática”, exemplificou.

Hernani e o filho Bruno Liendeman

Valdir e a filha Francieli Rosseto

Evento internacional

É cada vez mais comum que eventos do agronegócio destinem uma parte ou mesmo toda a sua programação ao debate da sucessão rural. Foi o que ocorreu durante o 15º Holstein de las Américas Brasil 2019, realizado de 14 a 17 de agosto, em Curitiba e nos Campos Gerais. Um dos grandes destaques foi o painel "Sucessão Familiar na Fazenda do Futuro", no qual o Sistema FAEP/SENAR-PR fez uma apresentação contando com o depoimento de participantes que já fizeram o Herdeiros do Campos.

Nesta palestra, Ann Louis Carson, CEO da Holstein Canadá, organização que atua na seleção e classificação genética de gado holandês, entre outras áreas, fez um panorama de como o país da América do Norte atua para despertar nos jovens o desejo de trabalhar com atividades relacionadas à produção de alimentos. "A importância de preparar os jovens para assumir uma fazenda não começa aos 25 anos, mas ainda muitos jovens. No Canadá temos um histórico de um programa chamado 4H, com viés para diversas áreas, como a rural, mas não necessariamente para crianças de fazendas. É sobre valores, como os escoteiros. O 4H permite que crianças do campo e da cidade com os mesmos interesses estejam juntas, se sentindo parte de algo maior", revela.

Gerald Schipper, produtor de leite do Canadá há três gerações e que hoje ordenha cerca de 420 vacas, destacou a importância do planejamento e a preparação para a sucessão nos negócios. "Meu papel na propriedade mudou com o tempo. Hoje sou mais um treinador, sempre encorajando as ações e pronto para celebrar os sucessos. E é importante sempre deixar que as pessoas cometam erros, pois é a maneira como aprendemos. Não existe alegria maior que ver filhos e netos na propriedade", compartilha.

O evento contou com a presença de produtores, técnicos e outros representantes da cadeia produtiva do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Colômbia, Costa Rica, México, Estados Unidos e Canadá. Na programação, o debate de aspectos técnicos, como o compartilhamento de diferentes análises e opiniões sobre as tendências mundiais da pecuária leiteira; como o intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos e conquistas geradas com a Raça Holandesa. A organização ficou a cargo da Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (ABCBRH) e da Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH).

Participantes do Herdeiros

A família Rosseto, de Toledo, no Oeste do Paraná, concluiu o Herdeiros do Campo recentemente. Valdir Rosseto, à frente dos negócios (agricultura e pecuária), compartilhou, durante o evento internacional, que a família está há sete décadas na mesma propriedade. Segundo ele, o programa ajudou a tornar o processo sucessório um assunto a ser debatido entre os membros da família. "Hoje, o desejo maior para o futuro é que os filhos continuem a seguir o que estamos construindo há muitos anos, produzindo alimentos de qualidade que chegam à mesa", compartilhou. "Depois do curso, reuniões familiares passaram a fazer parte e nós fomos nos interessando e criamos confiança. Agora podemos ajudar nas tomadas de decisão", completou a filha Francieli Rosseto.

O pai Hernani e o filho Bruno Liendeman, de Teixeira Soares, no Sudeste paranaense, trabalham exclusivamente com produção de leite em uma área de cerca de 30 hectares. Os dois demonstram como o programa ajuda a superar possíveis conflitos que surgem com a diferença de gerações. "No caso do falecimento de alguém, você pega algo que nunca viu. Como não sabe dirigir, pode até levar a propriedade à falência. Achei importante essa parte porque o diálogo com meu pai nunca foi muito bom e melhorou muito", revela Bruno. "Uma coisa que se fala é a questão do planejamento. A sucessão deve começar o mais cedo possível, pois mais fácil é o entendimento entre as pessoas envolvidas e o núcleo familiar", comenta.

Durante o curso, a própria instrutora Francieli Cristina Grings percebeu que o conteúdo também era aplicável na propriedade da família, voltada à produção de leite, em Pitanga, no Centro-Sul. "Durante quase todo o curso eu fiquei me perguntando o porquê de meu pai não passar as coisas para mim, não falar de sucessão", reflete. "Mas quando pensei um pouco mais, percebi que, na verdade, ele preparou eu e o meu irmão, desde criança, quando nos ensinava a andar de trator, a tirar leite, fazendo com que nós gostássemos do campo. Fiz o curso com a minha mãe e no nosso plano de ação promovemos uma série de mudanças para tornar a sucessão mais natural", aponta.

SENAR-PR possibilita troca de experiências entre produtores

Fruticultores da região de Pinhalão visitam Mandirituba para compartilhar conhecimentos sobre boas práticas e produção integrada

Por Bruna Fioroni

Encontro favoreceu intercâmbio de conhecimentos

A busca por mais sustentabilidade e novas técnicas na produção de morangos está mobilizando grupos de produtores de diferentes regiões do Paraná. O objetivo é explorar o potencial produtivo destas localidades, tais como o Norte Pioneiro e a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), onde a fruta possui valor significativo. Neste processo, o SENAR-PR atua de forma presente e ativa, estabelecendo parcerias e levando capacitações aos produtores de morangos destas regiões.

Com essa proposta, um grupo de produtores do Norte Pioneiro esteve no município de Mandirituba, na RMC, no dia 19 de agosto, para conhecer propriedades que já possuem modelos de produção pautados pelas Boas Práticas Agrícolas (BPA) e que têm interesse em obter certificação em Produção Integrada de Morango (PIMo).

O produtor Silvio Galvan, que participou do curso "Boas Práticas Agrícolas" em Mandirituba, foi um dos anfitriões. Para ele, a parceria com o SENAR-PR é fundamental para essa mudança de pensamento dos produtores do município. "Comecei na produção de morangos há um ano, mas ainda não era adepto das boas práticas. Não percebia esse diferencial no dia a dia até fazer o curso. O produtor de morangos precisa se manter no mercado e, para isso, é necessário um produto diferenciado, desde o início da produção até a comercialização, para que chegue ao mercado com valor agregado", explicou.

Silvio Galvan é produtor de morangos em Mandirituba

Atualmente, Galvan possui estufas com 20 mil pés de morangos – a meta é 100 mil pés em três anos. "Hoje eu tenho mais controle em tudo, desde adubação, pragas e doenças, até o planejamento de custos dentro da propriedade", destacou. Ainda, o produtor pretende conquistar a certificação em PIMo. "Com isso, o produto terá mais rastreabilidade e existe confiança sobre o que se está consumindo", completou.

ATUAÇÃO

SISTEMA FAEP

O produtor Wesley Luiz de Paula, do Norte Pioneiro

De acordo com a engenheira agrônoma do SENAR-PR Vanessa Reinhart, além da capacitação, os produtores de Mandirituba receberam acompanhamento técnico e passaram por avaliações para verificação das adequações e requisitos necessários em relação ao cumprimento das Boas Práticas Agrícolas. “A intenção, agora, é realizar esse trabalho com os produtores da região de Pinhalão”, afirmou.

Seguindo o exemplo

Um dos participantes da visita foi o produtor Wesley Luiz de Paula, que possui cerca de 12 mil pés de morangos nos municípios de Pinhalão e Japira, no Norte Pioneiro. Wesley participou da oficina de Manejo Integrado de Pragas (MIP) no morango, realizada no início deste ano, e pretende iniciar na produção integrada, como foco na certificação.

A partir do curso, uma das principais mudanças na produção de Wesley foi a racionalização do uso de agroquímicos, que está há 12 anos envolvido com a produção de morangos. Atualmente, ele diminuiu o uso de produtos em até sete vezes. “Foi um dos melhores cursos que já fiz. Mudei muito a minha opinião. O custo benefício é muito bom”, elogiou.

O próximo objetivo de Wesley é construir uma estufa e instituir as boas práticas. “Quero melhorar a produção. Não estou tão interessado em preço, mas o benefício de menos uso de agrotóxicos e menor gasto com isso”, relatou.

Marcelo Siqueira, que tem contato com produção de morangos desde criança, também esteve na visita. Na estufa semi-hidropônica, com cerca de 10 mil pés no município de Jaboti, ele reduziu o uso de defensivos agrícolas em 80%. Ainda, para o produtor, a troca de experiências entre os participantes serve de estímulo para sair da zona de conforto. “Nós temos

O produtor Marcelo Siqueira, do município de Jaboti

A coordenadora do grupo técnico PIMo-PR, Maria Aparecida Zawadneak

o mesmo objetivo, que é melhorar a produção. Então quando o produtor vem para um lugar diferente, ele percebe que consegue produzir mais e com mais sustentabilidade", revelou.

Além disso, para Siqueira, uma das vantagens de uma produção baseada em boas práticas agrícolas é o maior valor agregado ao morango. Tanto que o próximo passo é completar a mudança do conceito de produção, com boas práticas e foco na certificação em PIMo. "Eu já estou nesse processo e quero que outros produtores venham junto", afirmou.

Segundo a professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e coordenadora do grupo técnico PIMo-PR, Maria Aparecida Zawadneak, mostrar bons resultados na prática é uma forma de conscientizar os produtores de morango sobre a importância de implantarem novos modelos de sustentabilidade. "O morango evoluiu muito nos últimos anos. O produtor que não procurar avançar e trazer novas tendências para sua propriedade, estará fora do mercado", observou.

Promoção

A visita do grupo de produtores do Norte Pioneiro às propriedades em Mandirituba foi organizada pelo Sebrae-PR em parceria com o SENAR-PR e a Emater. Segundo o consultor do Sebrae-PR Alcione Marques Fernandes, o objetivo é capacitar os produtores para conseguir o registro de Indicação Geográfica (IG) do morango da região de Pinhalão.

Memória do Campo

Frango e boi:
de frente para Meca

Abate *Halal*

O Boletim Informativo trouxe, em agosto de 2010, uma reportagem que mostrava como a abertura do mercado árabe favoreceu o agronegócio do Paraná, principalmente a avicultura e a bovinocultura de corte. Na ocasião, o Estado já tinha se consolidado no atendimento às exigências de produção de proteína animal a países do Oriente Médio, como Iraque, Emirados Árabes, Arábia Saudita e Irã.

Para exportar para esse mercado, os frigoríficos paranaenses tiveram que se adaptar ao modelo de abate religioso exigido pelos árabes, o chamado abate *halal* – que se encaixam nos preceitos do Alcorão, livro sagrado do Islamismo. Entre as exigências, estão o fato de os animais terem que ser abatidos voltados à Meca e por meio de uma degola rápida, usando faca bem afiada. Na ocasião, o mercado de alimentos no modelo *halal* movimentava 578 bilhões de dólares em todo o mundo.

Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) apontavam que o Brasil abatia 12 milhões de aves por dia. Um terço deste volume era, então, destinado aos países árabes. No Paraná, diversos frigoríficos já trabalhavam com este modelo e projetavam a expansão do abate *halal*. No caso da bovinocultura, dois frigoríficos paranaenses estavam aptos a fornecer ao Oriente Médio.

Reversão na tendência de queda a partir de agosto

Valor de referência do leite de julho fechou mais uma vez em baixa

O valor de referência do leite fechou julho em queda pelo segundo mês consecutivo, apontou a reunião do Conseleite-PR, realizada no dia 20 de agosto, na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba. A cotação ficou em R$ 1,0549, queda de R$ 0,0411 (-3,72%) em relação ao que foi praticado em junho (R$ 1,1046). A boa notícia é que o primeiro decêndio de agosto (de 1° a 14 de agosto) mostrou sinais de recuperação na cadeia. A previsão do Conseleite-PR é de que o oitavo mês do ano feche com o preço de referência em R$ 1,1019, um aumento de R$ 0,0470 (4,46%) em relação ao praticado em julho.

O professor José Roberto Canziani, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), destaca que o resultado desse mês surpreendeu. O especialista analisa que a tendência de baixa constatada desde junho começou a dar sinais de reversão ainda em julho, já que neste mês apresentou uma queda menor do que a prevista nas projeções iniciais. "Na minha leitura, isso ocorre porque atingimos valor muito baixo em julho em relação à série histórica [*overshooting*]. E aí quando se bate no fundo do poço, por assim dizer, ocorre uma recuperação, um ajuste técnico. Mas ainda é preciso esperar para avaliar se essa hipótese se concretiza", alertou.

Vânia Guimarães, também da UFPR, completou que em julho as empresas participantes do Conseleite-PR venderam 27% a mais do que no mesmo mês de 2017 (que até então vinha tendo no gráfico uma curva parecida com a percorrida 2019 pelos lácteos). "Isso ajuda a explicar o que aconteceu nesse último mês, aliado às condições conhecidas da nossa economia, que segue com um grande número de desempregados e cujo crescimento não deslanchou. Para agosto, devemos ter um volume menor de leite vendido pelas empresas o que deve interferir na recuperação", previu.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE - JUNHO e JULHO/2019*

Matéria-prima	Valores finais em Junho/2019 (leite entregue em Junho a ser pago em Julho)	Valores finais em Julho/2019 (leite entregue em Julho a ser pago em Agosto)	Variação (Julho - Junho) Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R$/Litro)	1,1046	1,0635	-0,0411	-3,72%

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE - PROJETADOS PARA JULHO E AGOSTO/2019*

Matéria-prima	Valores projetados Julho/2019 (leite entregue em Julho a ser pago em Agosto)	Valores projetados Agosto/2019 (leite entregue em Agosto a ser pago em Setembro)	Variação (Agosto - Julho) Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R$/Litro)	1,0549	1,1019	0,0470	4,46%

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de agosto é de 2019 é de **R$ 2,4278/litro.**

A Resolução 08/2019 completa está disponível do site ***conseleitepr.com.br***.

Simpósio de Controle Biológico

Entre os dias 11 e 15 de agosto, técnicos e instrutores do SENAR-PR participaram do 16º Simpósio de Controle Biológico (Siconbiol), em Londrina, na região Norte do Estado. Entre diversos assuntos, o evento debateu o controle biológico no campo. O SENAR-PR tem uma forte atuação nesta área, principalmente por meio do Programa Inspetor de Campo em MIP Soja. A iniciativa começou na safra 2016/17, com 18 turmas formadas. Na temporada atual, mais de 60 turmas já foram formadas.

Mudança de data

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) mudou a data do *workshop* sobre as novas regras para a qualidade do leite na cidade de Carambeí, na região dos Campos Gerais. Antes marcado para o dia 5 de setembro, o evento irá ocorrer no dia 10. O objetivo é fornecer orientações a produtores, entidades representativas e profissionais relacionados à cadeia de lácteos sobre as normas previstas nas Instruções Normativas (INs) 76 e 77, em vigor desde 30 de maio de 2019. A iniciativa conta com o apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Agrinho no Mato Grosso do Sul

O SENAR do Mato Grosso do Sul (MS) fez uma imersão, nos dias 21 e 22 de agosto, no SENAR-PR para saber mais sobre o Programa Agrinho e os cursos de Formação Profissional Rural da instituição paranaense. Em funcionamento desde 2014, o Agrinho abrange 72 dos 79 municípios sul-mato-grossenses, com um total de 470 escolas, somente da rede pública. A ideia do MS é ampliar o Programa para a rede particular e a educação especial, assim como ocorre no Paraná. As responsáveis por fazer a imersão foram as pedagogas do SENAR-MS Maria Clara Del Puente e Dyany Melchior.

Treinamento de ITR

Nos dias 20 e 21 de agosto, um grupo de 30 funcionários de sindicatos rurais participou do curso sobre Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), promovido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR. A declaração de ITR é um dos principais serviços dos sindicatos rurais prestados aos produtores. O prazo para a entrega da declaração é até dia 30 de setembro.

50 anos do Sindicato de Mamborê

No dia 13 de agosto, a nova diretoria do Sindicato Rural de Mamborê tomou posse para a gestão 2019/23. José Roque Rafaeli foi reeleito presidente, com Pedro Braido como secretário e Edgar Sehaber como tesoureiro. Ainda, no evento ocorreu a homenagem pelos 50 anos da entidade, comemorados no dia 14 de março. O Sindicato tem forte atuação junto aos produtores da região. Além do escritório administrativo, o Sindicato conta com consultório odontológico, clínica médica e atendimento oftalmológico. Recentemente, adquiriu uma viatura para a Patrulha Rural da Polícia Militar. Além disso, desde 2003, os cursos do SENAR-PR são realizados no Centro de Aprendizagem Rural (CAR), espaço com três salas de aulas, área de informática, auditório, cozinha industrial, refeitório, alojamento e estacionamento. O evento contou com as presenças do vice-prefeito de Mamborê, Sebastião Martines, do comandante do destacamento da Polícia Militar do município, o sub-tenente Mário da Silva, e do coordenador do Departamento Sindical da FAEP, João Lázaro Pires.

FUNDEPEC PR
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 31/07/2019

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R$				DESPESAS EM R$			SALDO R$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/ BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Saldo C/C	203,48	-	-	93,16	-	-		296,64
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	45.288.432,93	-	2.341.952,64	-	51.927.818,63
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.680.991,39	-	192.156,99	-	17.022.760,22
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.533.409,05	-	-	-	8.357.943,68
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	176.101,43	-	-	-	253.424,21
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	17.259,94	-	-	-	23.098,55
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	221.209,08	-	-	-	305.216,99
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-		77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-		-	141.031,00
TOTAL	**20.744.385,48**	**4.624.105,00**	**141.031,00**	**55.056.178,06**	**542.225,27**	**2.675.140,63**	**77.567,43**	**77.812.991,48**
SALDO LÍQUIDO TOTAL								**77.812.991,48**

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/O-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

CHOPINZINHO

NOVA DIRETORIA

No dia 9 de agosto, Tadeu Sguarezi Acorsi, tomou posse como presidente do Sindicato Rural de Chopinzinho. Juarez Pompeu da Silva, Ênio Pigosso e Euclides Forlin assumiram como vice-presidentes para gestão 2019/22. O evento contou com a presença de Antônio Leonel Poloni, representando a FAEP, do prefeito de Chopinzinho, Álvaro Scolaro, e dos presidentes dos sindicatos rurais de Pato Branco, Mangueirinha, Coronel Vivida, Dois Vizinhos e São João.

PALOTINA

GESTÃO RURAL

O Sindicato Rural de Palotina e o Colégio Agrícola Estadual Adroaldo Augusto Colombo organizaram o curso "Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - Introdução à Gestão Rural", entre os dias 24 e 28 de junho. O instrutor Luiz Antonio Tiradentes treinou 15 pessoas.

ALTÔNIA

TRATORISTA AGRÍCOLA

O Sindicato Rural de Altônia, as Associações Bom Jesus e Pé-de-galinha e a secretaria municipal de Agricultura de Altônia organizaram o curso "Tratorista Agrícola - Operação de Tratores e Implementos", entre os dias 3 e 8 de julho. O instrutor Lucas David Schemberger treinou 11 alunos.

CIANORTE

JAA

No dia 7 de agosto, o Sindicato Rural de Cianorte promoveu uma reunião com os pais dos 16 alunos do Colégio Estadual Primo Manfrinato que participam do curso "Produtor Agrícola - Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) - Preparando para a Gestão". A capacitação com a instrutora Lilian Janke ocorreu entre os dias 1º de março e 20 de agosto.

MARECHAL CANDIDO RONDON

HERDEIROS DO CAMPO

O Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon e a empresa agrícola Horizonte promoveram o curso “Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - Herdeiros do Campo”, entre os dias 1º de abril e 22 de julho. Os instrutores Ruan Felipe Schwertner e Luiz Antonio Tiradentes treinaram 17 pessoas.

CAMPINA DA LAGOA

OPERAÇÃO DE DRONES

Nos dias 16, 17 e 18 de maio, aconteceu o curso “Trabalhador Volante da Agricultura - Agricultura de Precisão - Operação de Drones”, organizado pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa. O instrutor Mauro Cesar Volponi dos Santos capacitou oito pessoas.

CASCAVEL

BRIGADA DE INCÊNDIO

O Sindicato Rural de Cascavel e a empresa Globoaves organizaram o curso “Trabalhador na Segurança no Trabalho - NPT 017 - Brigada de Incêndio”, entre os dias 17 e 19 de junho. Um grupo de seis pessoas participou das aulas com o instrutor Josias Batista de Barros.

RIBEIRÃO DO PINHAL

CLASSIFICADOR DE GRÃOS

No dia 18 de junho, um grupo de 14 pessoas participou do curso “Classificador de Grãos – Soja”, promovido pelo Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal e o CRAS. Na ocasião, a instrutora foi Ellen Karine Roco Piffer de Medeiros Buso.

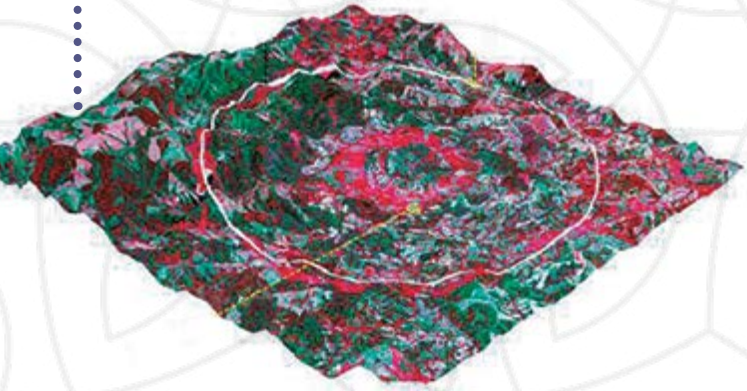
VIA RÁPIDA

Fuji-san

Chamado de Fuji-san pelos japoneses, o Monte Fuji é uma das montanhas sagradas do Japão, distante 80 quilômetros da capital Tóquio e 3.776 metros de altura. Além da beleza natural que o tornou cartão postal do país e Patrimônio Cultural Mundial desde 2013, o povo local acredita que a montanha é um portal para um novo mundo. Outro ponto interessante é o fato da montanha, na verdade, ser um vulcão inativo há 300 anos.

Araguainha

No Brasil, existem algumas crateras que surgiram decorrentes do impacto com asteroides que vieram do espaço. A mais famosa e maior da América do Sul é a cratera de Araguainha, uma cidade com menos de mil habitantes, no Mato Grosso. A colisão aconteceu há 250 mil anos e deixou uma cicatriz na crosta terrestre de 40 quilômetros de diâmetro e atingiu 2 quilômetros de profundidade no solo. Até hoje, a região é rica em minério de ferro.



Amiga de peso

Conhecida por ser muito amigável, a capivara é o maior roedor da espécie. Seus coletivos, sempre comandados por um macho dominante, podem chegar a 100 integrantes. Além do bom relacionamento entre si, as capivaras também são corteses com outros animais.

Baby Gua

Gua foi um chimpanzé usado em um experimento comportamental em 1930, pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. O estudo se baseava em criá-lo como um humano juntamente com o filho do cientista Winthrop Kellogg. O experimento não deu muito certo. O filho de Kellogg começou a se comportar como o primata após nove meses do experimento.

Pensar cansa!

O cérebro corresponde a 2% do nosso peso e consome 20% das nossas calorias. Os neurônios consomem muito açúcar em suas sinapses, mas não o suficiente para largar a academia. Mas é o bastante para trazer fadiga.

Vegetais gigantes

O inglês Pete Glazebrook é conhecido por cultivar vegetais gigantes em sua propriedade em Halam. Ele tem o recorde de cultivar alguns dos maiores vegetais do mundo: couve-flor com 27,4 quilos, cenoura de 9,1 quilos e batata com 4,9 quilos.

Muita gente em casa

Um compadre disse para o outro:

- Por que tanta gente na sua casa? Alguém morreu?

- Sim, minha sogra. O burro deu um coice nela.

- Então todas pessoas presentes conhecem a sua sogra?

- Não, querem comprar o burro.

Tardígrados

Se o mundo acabasse nesse momento, nem as baratas sobreviveriam. Não podemos dizer o mesmo sobre os tardígrados, bichinhos microscópicos resistentes a qualquer condição extrema. Em 2018 uma missão lunar israelense levou na sua bagagem uma porção de tardígrados que acabaram se espalhando pela superfície da Lua em um acidente. Por incrível que pareça, esses bichinhos ainda estão vivos por lá, porém em estado de animação suspensa, uma espécie de hibernação que lhes possibilita resistir a esses tipos de situação.

UMA SIMPLES FOTO

EM BREVE

APLICATIVO SISTEMA FAEP

Fique ligado no lançamento do **APLICATIVO SISTEMA FAEP**

- Muita informação do agronegócio e do Sistema FAEP/SENAR-PR
- Agendas de eventos e cursos do SENAR-PR
- Cotações das principais commodities
- Clima e muito mais!

app.sistemafaep.org.br

Cadastre seu email e seja avisado do lançamento!

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

- ☐ Mudou-se
- ☐ Desconhecido
- ☐ Recusado
- ☐ Endereço Insuficiente
- ☐ Não existe o nº indicado
- ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico
- ☐ Falecido
- ☐ Ausente
- ☐ Não Procurado

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/_____

Em ____/____/_____

_____
Responsável